

Banco Central está levantando quanto deve ao Clube de Paris

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Brasil voltará a pagar os juros correntes, a partir de maio deste ano, que incidem sobre a dívida contraída até 31 de março de 1983 junto à agências governamentais ou com aval de governo e que são objeto de negociação no âmbito do Clube de Paris. A informação foi dada ontem pelo presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, esclarecendo que os juros de maio serão pagos agora e integralmente.

A retomada do pagamento dos juros será feita já neste mês de junho, quando o governo brasileiro pretende também fazer o desembolso de parte dos pagamentos atrasados — entre juros e principal — relativos ao período de janeiro de 1985 a 30 de abril deste ano. Fernão Bracher adiantou que o Banco Central está ultimando o levantamento dos números, contrato por contrato, para sa-



Fernão Bracher

ber exatamente quanto se-
rá pago.

“Estamos trabalhando para fixar o percentual dos débitos passados que serão pagos”, disse ele, adiantando que o desembolso vai envolver parte dos juros e também uma parcela das amortizações. O restante

da dívida não quitada e que não foi incluída no esquema do pagamento voluntário será, então, objeto de acertos com vistas ao reescalonamento pretendido pelo governo brasileiro. As negociações entre o Brasil e os quinze governos credores, com assento no Clube de Paris, poderão ser retomadas possivelmente já em julho.

ATRASADOS

As negociações no Fórum do Clube de Paris foram interrompidas no mês passado, diante da insistência dos governos dos países credores para que o Brasil retomasse parte do pagamento dos atrasados. A justificativa apresentada aos representantes brasileiros que participaram da última reunião, em Paris — o coordenador para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, ministro Alvaro Alencar, e o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas — foi a de que, primeiro, o Brasil não esta-

va retendo os juros da dívida contraída junto à rede de bancos privados internacionais e, segundo, a situação das contas externas do País demonstrava que não havia motivos para a retenção dos juros devidos por financiamentos tomados com aval de governos.

RETENÇÃO

Sempre com referência ao período de consolidação considerado nesta nova fase de renegociações — envolvendo apenas contratos firmados até 31 de março de 1983 —, o Brasil reteve US\$ 1,216 bilhão de amortizações e US\$ 666 milhões de juros relativos a pagamentos no decorrer de 1985. Para todo o ano de 1986, as projeções do Banco Central indicam que os débitos representarão US\$ 1,508 bilhão do principal e US\$ 496 milhões de juros. Os atrasados de 1986, entre janeiro e março deste ano, equivalem a US\$ 236 milhões do principal e US\$ 142 milhões de juros que estão depositados no Banco Central.